



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

**Grupo de Trabalho - Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens**

Relatório

07 de dezembro de 2022 – 13:45

**Presencial**

**Audição de entidades no âmbito do acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens**

- Comissão de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens

A Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Cláudia André (PSD), começou por explicar o propósito da criação deste Grupo de Trabalho, nomeadamente aferir a responsabilidade do Governo no Plano de Recuperação das Aprendizagens e na eficiência das medidas desenhadas e recolher perceções da comunidade. De seguida, deu as boas-vindas aos representantes da Comissão de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens (doravante Comissão de Acompanhamento) e recordou a respetiva grelha de tempos da audição.

Os representantes da Comissão de Acompanhamento referiram o seguinte, em síntese:

- O plano de recuperação das aprendizagens (PRA) 21/23 tem 53 ações específicas, descritas e desenvolvidas no *site* da Direção-Geral da Educação (DGE), 23 roteiros que as desenvolvem e mais de 70 cenários pedagógicos passíveis de aplicação em sala de aula;
- A Resolução de Conselho de Ministros n.º 66 permitiu, para o ano letivo 22/23, entre outros, a continuação do reforço horário para os docentes e equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva; a contratação de técnicos especializados para os planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário; e o alargamento das tutorias a todos os alunos que tenham ficado eventualmente retidos no ano letivo anterior;
- Para estas ações os recursos adicionais contaram com 115 milhões de euros de financiamento;
- Existem dois relatórios que monitorizaram a implementação das medidas, fazendo um ponto da situação em relação às aprendizagens dos alunos: o relatório de provas de aferição e o relatório ligado às questões da saúde mental;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Durante o anterior ano letivo a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) produziu 2 relatórios, um intercalar e outro no final do ano, relativo à monitorização das medidas do PRA;
- O Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar produziu 2 relatórios relativos à intervenção dos planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário (um intermédio e um no final do ano letivo);
- O Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) tem feito o acompanhamento de mais de 2 dezenas de escolas, aproveitando as provas de avaliação não apenas enquanto instrumento de monitorização, mas também para permitir às escolas saber em que competências deve investir;
- As provas de aferição de 2021/22, constituídas por relatórios individuais, entregues aos alunos e às famílias, e relatórios externos, entregues às escolas e às turmas, foram distribuídos antes do início das aulas para permitir a organização do espaço letivo consoante o ponto de situação dos alunos do 2.º, 5.º e 8.º anos;
- Estas provas revelaram que no 8.º ano os resultados estiveram em linha com os resultados de 2019 (ano das últimas provas de aferição universais); no 5.º registaram-se resultados inferiores no que respeita à álgebra e às ciências naturais; e no 2.º ano do 1.º ciclo verificou-se uma quebra de quase 50% no desenvolvimento da oralidade;
- As medidas implementadas pelas escolas em setembro de 2021, antes da realização das provas de aferição, foram ao encontro desta lacuna, pois os relatórios de monitorização (intercalar e final) produzidos pela DGEEC revelam que a medida adotada pelo 1.º ciclo em mais escolas (83%) foi a medida «escola a ler» e, portanto, já havia a perceção desta fragilidade;
- Quer a ação «escola a ler» quer o «diário de escritas» têm uma avaliação de impacto de 95%;
- O PRA contou com um reforço na contratação de técnicos especializados e atualmente já existem mais de 1200 técnicos contratados, dos quais mais de 50% são da área da psicologia e de entre estes muitos da psicologia da educação, e o segundo número mais expressivo são terapeutas da fala que eram praticamente inexistentes;
- Uma das conclusões a salientar do estudo sobre a saúde mental e bem-estar revela que 1/3 das crianças estavam em sofrimento psicológico e com carências no desenvolvimento das competências socio-emocionais;
- Também nos planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário, 26% das medidas visadas pelas escolas, são de carácter de estímulo à inteligência socio-emocional e ao desenvolvimento pessoal e neste âmbito destacaram igualmente as



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

academias de conhecimento da Gulbenkian, o selo atribuído às «escolas saudáveis», e a academia de líderes Ubuntu que já envolve mais de 6000 alunos;

- Por fim destacaram os «estudos exploratórios amostrais», realizados no ano letivo passado, que tentam perceber a correlação entre a qualidade das aprendizagens, as taxas de sucesso e a equidade educativa, tendo em conta os perfis socioeconómicos dos alunos e o seu desempenho;
- Na análise da relação entre estes 3 indicadores de eficácia, eficiência e de equidade, com a aplicação das medidas do PRA foram identificadas 50 escolas, dispersas pelo país e pelo 1.º, 2.º e 3.º ciclo, que cumpriram estes critérios, e agora 8 dessas escolas irão ser escolhidas para se perceber, através de estudos de caso, como é que aplicaram as medidas e se a sua aplicação se poderá traduzir em boas práticas educativas;
- Está a ponderar-se alargar os «estudos exploratórios amostrais», este ano, ao ensino secundário e dar continuidade ao trabalho que a DGEEC tem vindo a realizar.

Intervieram depois os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Carla Madureira (PSD) e Rita Matias (CH).

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da Comissão de Acompanhamento referiram o seguinte, em síntese:

- A Comissão de Acompanhamento serve-se dos relatórios produzidos pelos vários serviços e equipas para a recolha de informação, mas também realiza monitorização própria, os «estudos exploratórios amostrais»;
- Do trabalho realizado pela Comissão de Acompanhamento emergiram as 50 escolas que conseguiram cumulativamente excelentes resultados, registando uma correlação entre a aplicação das medidas escolhidas por cada uma delas e a subida das taxas de sucesso escolar, da sua qualidade e da equidade (ou seja, tendo em conta os perfis socioeconómicos das crianças não se verificam, nessas escolas, diferenças significativas entre as classificações dos alunos e os seus recursos socioeconómicos) e agora a próxima fase é selecionar 8 das 50 escolas e transformá-las em estudos de caso;
- A Comissão de Acompanhamento pretende alargar este estudo ao ensino secundário para perceber o que está a ser feito e que escolas emergem como as melhores práticas tendo em conta estes 3 critérios (eficiência, eficácia e equidade);
- Têm também acompanhado todos os serviços na divulgação dos seus relatórios de monitorização intermédia e final no que respeita a todas as medidas do PRA;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Não consideram que as questões socio emocionais fossem, no sistema educativo, uma lacuna, referindo a existência de programas com várias décadas que as escolas aplicam nesta área (como por exemplo o programa Promoção e Educação para a Saúde (PES)) mas admitiram não existir a dimensão e a profundidade de medidas nem a capacidade que hoje existe de intervir com a contratação de técnicos especializados de todas estas áreas, explicando que outrora era dada uma maior atenção às taxas de sucesso, uma vez que eram baixas quando comparadas com os restantes países europeus;
- A estratégia seguida é aproveitar-se o que de melhor está a ser feito nacional e internacionalmente e devolver à escola a possibilidade de ser ela a escolher os programas que quer aplicar e permitindo que através de alguns programas do Ministério da Educação e de alguns serviços aqui presentes criar uma relação com as instituições de ensino superior que realizam investigação nesta área e que vão validando programas de investigação na área socio emocional e que os programas depois de validados possam ser implementados na escola com acompanhamento;
- Por fim, referiram que o estudo realizado sobre saúde mental e bem-estar tem um capítulo no qual a questão da saúde mental dos docentes é abordada.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 20 de janeiro de 2023

A Assessora

(Ana Montanha)